
MOVIMENTOS INDÍGENAS TENTEHAR GUARDIÕES DA FLORESTA NA AMAZÔNIA MARANHENSE

MOVIMIENTOS INDÍGENAS GUARDIANES DE LA SELVA EN LA AMAZONIA DE MARANHÃO

INDIGENOUS MOVEMENTS TENTEHAR GUARDIANS OF THE FOREST IN THE MARANHÃO AMAZON

Leandro Araújo da Silva¹

<https://lattes.cnpq.br/3244725831430927>

<https://orcid.org/0000-0003-3238-2448>

Joaquim Shiraishi Neto²

<http://lattes.cnpq.br/1945327707689415>

<https://orcid.org/0000-0001-5428-7295>

RESUMO: O objetivo do artigo é investigar atuações do povo indígena Tentehar e do grupo de agentes florestais denominados Guardiões da Floresta do Território Indígena (TI) Araribóia, na Amazônia maranhense, em defesa da floresta e do território. Analisa-se como os indígenas mobilizam as questões ambientais e sua atuação na proteção da floresta como recurso político na defesa do território e combate às violências (invasões, assassinatos, ameaças etc.) cometidas contra o povo, o território e os recursos florestais nele existentes. Parte-se de uma reflexão sobre a categoria natureza mobilizada pelos tentehar no contexto de construção política dos movimentos indígenas. Utilizou-se técnicas da etnografia para recolha dos dados empíricos: levantamento em fontes documentais, notas de associações indígenas, notícias, depoimentos dos interlocutores disponíveis na internet e relatórios do Cimi. Supõe-se que se trata de atuações que, tendo como objetivo a defesa do território, constituem processos de acionamento da política tentehar em relação a natureza e das questões ambientais pelos movimentos tentehar, o grupo dos guardiões, o povo e demais lideranças políticas tentehar. Um contexto em que os indígenas acionam e constroem discursivamente uma política da natureza no âmbito da luta política por direitos.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Realizou Estágio Sanduíche na Universidade do Minho, Portugal, pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES, Edital nº 30/2023. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Indígenas e Indigenistas do Estado do Maranhão (GEIIMA). E-mail: leandro.araujo@discente.ufma.br.

² Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. Mestre em Desenvolvimento pelo Núcleo de Autos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Brasil. Membro do Conselho Editorial Nacional da Revista Suprema e do Conselho Científico da Revista Insurgência. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista senior da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR). E-mail: joaquim.neto@professor.uema.br.

Palavras-Chave: Movimentos indígenas; Povo Tentehar; Guardiões da Floresta; Proteção territorial; Amazônia maranhense.

RESUMEN: El objetivo del artículo es investigar las acciones del pueblo indígena Tentehar y del grupo de agentes forestales denominado Guardianes del Bosque del Territorio Indígena Araribóia (TI), en la Amazonia de Maranhão, en defensa del bosque y de su territorio. Analiza cómo los indígenas movilizan las cuestiones ambientales y sus acciones de protección del bosque como recurso político para defender su territorio y combatir la violencia (invasiones, asesinatos, amenazas etc.) cometida contra su pueblo, territorio y recursos forestales. Parte de una reflexión sobre la categoría de naturaleza movilizada por los tentehar en el contexto de la construcción política de los movimientos indígenas. Para la recolección de datos empíricos se utilizaron técnicas etnográficas: relevamiento de fuentes documentales, notas de asociaciones indígenas, noticias, declaraciones de interlocutores disponibles en internet e informes del CIMI. Se asume que estas acciones, dirigidas a la defensa del territorio, constituyen procesos de activación de la política tentehar en relación con la naturaleza y las cuestiones ambientales por parte de los movimientos tentehar, el grupo de guardianes, el pueblo y otros líderes políticos tentehar. Se trata de un contexto en el que los indígenas activan y construyen discursivamente una política de la naturaleza en el marco de la lucha política por los derechos.

Palabras-Clave: Movimientos indígenas; pueblo Tentehar; Guardianes de la Floresta; Protección territorial; Amazonia del Maranhão.

ABSTRACT: The aim of the article is to investigate the actions of the Tentehar indigenous people and the group of forest agents called Guardians of the Forest of the Araribóia Indigenous Territory (TI), in the Maranhão Amazon, in defense of the forest and territory. It looks at how indigenous people mobilize environmental issues and their actions to protect the forest as a political resource to defend their territory and combat the violence (invasions, murders, threats etc.) committed against their people, territory and forest resources. It starts with a reflection on the category of nature mobilized by the tentehar in the context of the political construction of indigenous movements. Ethnographic techniques were used to collect empirical data: a survey of documentary sources, notes from indigenous associations, news items, statements from interlocutors available on the internet and CIMI reports. It is assumed that these are actions which, with the aim of defending the territory, constitute processes of activating tentehar politics in relation to nature and environmental issues by tentehar movements, the group of guardians, the people and other tentehar political leaders. A context in which the indigenous people discursively activate and construct a politics of nature in the context of the political struggle for rights.

Keywords: Indigenous movements; Tentehar people; Guardians of the Forest; Territorial protection; Maranhão Amazon.

INTRODUÇÃO

O Território Indígena (TI) Araribóia tem sido palco e contexto de uma série de conflitos, sendo os principais decorrentes da invasão de caçadores, fazendeiros e madeireiros que avançam sobre a floresta. A fala a seguir, de Laercio Guajajara³, liderança do grupo de Guardiões da Floresta do referido território, à organização Survival International, acena para a preocupação com as invasões da floresta e a defesa dela: “*a gente fica preocupado com o futuro das nossas crianças [...]. Nossos filhos, nossos netos. A gente pensa: ‘o que vai ser dessas crianças se continuar a invasão da nossa terra?’ [...]. Se a [...] nossa floresta sumir, o que vai ser do meu povo, da nossa cultura, da [...] geração que está vindo? (Eu só..., 2021).*”

Ao defender e pedir ajuda para a proteção da floresta, Laercio demarca a principal agenda de luta do povo Tentehar, a defesa da floresta e do TI Araribóia, localizado no estado do Maranhão, no Nordeste do Brasil, em sua maior extensão na Amazônia maranhense, que é parte da denominada Amazônia Legal brasileira. São cerca de 413.288 hectares, demarcados em 1982 e homologados em 1990, dos quais a maior parte corresponde ao bioma Amazônico e uma pequena porção ao bioma Cerrado (ISA, [2024]). É habitado pelo povo indígena Tentehar e um grupo de Awá-Guajá, denominados isolados, pelos órgãos estatais e organizações não governamentais (ONG).

Nesse contexto, as ações dos tentehar na proteção do território, e que compõem o que denominamos de movimentos indígenas tentehar, confrontam as ações de invasores que provocam danos diversos ao povo, à floresta e ao território. Uma investigação da rede Mongabay (Mendes, 2024) e os recentes relatórios anuais do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostraram que nos últimos anos as invasões, o desmatamento e outras violências têm aumentado no TI Araribóia e no entorno dele, como o avanço da pecuária. Tais atividades preocupam os tentehar, que mobilizam um conjunto de instrumentos, parceiros e ações em luta na defesa de um território livre de invasões.

Entre os movimentos tentehar estão os grupos de mulheres e homens, lideranças políticas e guardas florestais autodenominados Guardiãs da Floresta e Guardiões da Floresta, que constroem ações e agendas de fiscalização e defesa no e a partir do território, articulando a luta desde as aldeias e limites territoriais a outros espaços de reivindicação, negociação e construção de ações. Desse modo, o povo que se qualifica como *ka’ aiwar* – doravante, povo

³ O povo que se autoidentifica como Tentehar é publicamente mais conhecido como Guajajara, que é uma atribuição externa, por isso os interlocutores são referidos como Guajajara. Exemplo: Laercio Guajajara, Sonia Guajajara etc.

da floresta, mesmo nome da associação dos guardiões do TI Araribóia –, e os movimentos indígenas tentehar, guardiões e guardiãs, acionam uma perspectiva de proteção da floresta e desenvolvem ações práticas de defesa e monitoramento.

Este trabalho objetiva investigar as atuações do povo indígena Tentehar e dos grupos de agentes florestais denominados Guardiões da Floresta do TI Araribóia, na Amazônia maranhense, em defesa da floresta e do território. Analisa-se como os tentehar mobilizam as questões ambientais e suas atuações na gestão e proteção da floresta como instrumento político nas lutas contra as violências (invasões, assassinatos, ameaças etc.) cometidas contra o povo, o território e os recursos florestais nele existentes. Presume-se que se trata de atuações que, tendo como objetivo a defesa do território, constituem processos de construção política de noções de natureza (De La Cadena, 2019; Latour, 2019) e das questões ambientais pelos movimentos indígenas, os grupos de guardiões, o povo e demais lideranças políticas tentehar. Um contexto em que os indígenas afirmam suas *práticas tradicionais de gestão ambiental e territorial* e acionam a natureza, ao mesmo tempo em que a constroem discursivamente, na esfera da luta política aberta, por direitos.

Do ponto de vista teórico, interessa-nos a noção de crise ecológica de Michael Löwy (2013), que a reflete no contexto das dinâmicas do sistema capitalista, no qual a irracionalidade econômica e tecnológica dominante leva à degradação dos recursos denominados naturais. Buscamos pensar como a perspectiva de crise climática e de degradação ambiental está presente nas agendas dos movimentos indígenas em estudo, sobretudo quando acionam discursos de emergência e mudanças climáticas, isto é, como essas discussões se articulam com as experiências indígenas tentehar de defesa da floresta e do território.

Philippe Descola (2023) aborda as relações entre natureza e sociedade de outro modo que não pelo e como dualismo ou como entidades ou categorias separadas e universais. Para o autor, além de natureza e cultura há um interstício intrincado de relações. Cumpre destacar que nossa pesquisa projeta para além de pelo menos três dos dualismos clássicos da modernidade: “natureza/cultura, sujeito/objeto, humano/não-humano” (Santos, 2007, p. 26). Assim, discutimos sobre a categoria natureza, para além da concepção naturalista moderna. Shiraishi Neto (2023, p. 30) lembra que no mundo vivido por povos como os indígenas “os seres coexistem nas florestas, entrelaçados e/ou emaranhados entre si” de modo que nem sempre é possível distinguir entre sujeitos e objetos.

Diversos estudos trataram sobre temas relacionados a movimentos ou mobilizações indígenas no Brasil. Algumas abordagens são mais amplas, a exemplo de Cruz (2022), que discute aspectos variados da atuação do movimento indígena nos últimos anos, Munduruku (2012) analisa o que denominou *caráter educativo do movimento indígena brasileiro*, e Souza (2018) aborda o movimento indígena brasileiro a partir da perspectiva de suas lutas por emancipação. Outros estudos focalizaram dinâmicas locais em diálogo com questões mais amplas. Gonçalves (2018) analisou o movimento do povo Pitaguary, do Ceará, como mobilização étnico-política e articulação de povos e lideranças; Souza (2019) analisou as mobilizações do povo Pataxó Hãhãhã na luta por terra e parentes, no sul da Bahia; Eloy Amado (2020) analisou o movimento indígena do povo Terena no despertar das suas lutas por direitos; e Wapichana (2020) analisou o processo de sociogênese na mobilização da comunidade Serra do Truarú, no TI Serra da Moça, em Roraima.

No que refere a análises no âmbito do Maranhão, Almeida (2019) discutiu a atuação política tentehar nas relações interétnicas, trazendo importantes aspectos da atuação do movimento indígena maranhense, e Silva (2018) investigou trajetórias de duas lideranças do povo Krikati. Silva (2021) tratou de aspectos variados da organização e atuação do movimento indígena no estado. De modo específico, a pesquisa que gerou este artigo focaliza as atuações de movimentos indígenas do povo Tentehar, em suas lutas por território e outros direitos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e a metodologia utilizada foi baseada na etnografia multissituada (Marcus, Fischer, 1999), que consistiu no uso de instrumentos para coleta de dados em campo presencial e on-line, e a netnografia, com a realização de pesquisa etnográfica em redes sociais na internet (Kozinets, 2014). Entende-se que a pesquisa multissituada, combinada à pesquisa virtual, permite compreender um conjunto de relações dinâmicas e multiníveis que perfazem o contexto dos movimentos indígenas tentehar em suas interlocuções com agentes diversos, além do âmbito do território, como o movimento Survival, as organizações indígenas estaduais (Coapima, Amima) e nacional (Apib) e os agentes e instituições do Estado responsáveis pela execução das políticas indigenistas (Funai, Ministério dos Povos Indígenas etc.)

Realizou-se pesquisa bibliográfica de autores que problematizam a categoria natureza e a politização dela (De La Cadena, 2019; Latour, 2019). Os dados empíricos foram coletados em depoimentos e denúncias, ações realizadas pelo povo Tentehar e pelos Guardiões da Floresta, entre 2019 e 2023, sobre conflitos e violências no TI Araribóia. Realizou-se

observação *in loco* na assembleia do grupo Guardiões da Floresta, no ano de 2020, em que foi possível coletar relatos sobre as ações de monitoramento do território empreendidas pelos guardiões. Observações em ambientes virtuais, nas ações da ação denominada Jornada Sangue Indígena: *nenhuma gota mais*, em 2019, e nos perfis da Associação Ka'a Iwar dos Guardiões da Floresta e do coletivo Mídia Indígena, no Instagram.

Foram observados e analisados depoimentos dos guardiões Laercio Guajajara, disponível no site do movimento Survival International, de Olimpio Guajajara, disponível no canal *El País*, no You Tube, e o discurso do comunicador Erisvan Guajajara, integrante da comitiva da ação *Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota mais*, sobre a relação do assassinato de Paulo Paulino Guajajara com a proteção das florestas. Além de outros depoimentos de guardiões do TI Araribóia, disponíveis em vídeo no canal TV Mídia Indígena, no You Tube, e as entrevistas de Sonia Guajajara à TV Fórum, em 2022, e ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 2023.

Os dados empíricos foram levantados, ainda, em fontes documentais, como notas da Associação indígena *Ka'a Iwar dos Guardiões da Floresta*, notícias disponíveis no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), produzidas entre 2020 e 2023, e do Instituto Socioambiental (ISA). Foram coletados dados nos relatórios Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, com dados de 2019 a 2022, do Cimi, e no relatório Boletim Sirad Isolados - Anual 2022, do ISA. São dados ou relatos construídos em contextos de violências, ameaças, emboscadas, assassinatos de indígenas e invasões de agentes como madeireiros, fazendeiros e caçadores no TI e que informam denúncias das violações de direitos e a construção da luta política aberta que visa a proteção territorial.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido nos seguintes tópicos: o primeiro oferece um panorama do contexto, demandas e atuações dos Guardiões da Floresta no TI Araribóia e os conflitos com invasores; o segundo sugere uma discussão sobre uma concepção distinta de natureza que parece ser acionada pelos tentehar como estratégia política nas lutas que realizam em defesa da floresta; o terceiro aprofunda a discussão sobre as relações entre as questões ambientais e noções distintas de natureza no contexto das atuações tentehar; o último tópico trata sobre as relações entre o assassinato do guardião Paulo Paulino Guajajara com a atuação ambiental dos Guardiões da Floresta do TI Araribóia.

GUARDIÕES EM DEFESA DA FLORESTA NO TERRITÓRIO INDÍGENA ARARIBÓIA

No TI Araribóia, localizado na região central do estado do Maranhão, na Amazônia Legal maranhense, locus empírico de nossa investigação, observa-se a atuação do grupo de agentes de monitoramento do território, os agentes florestais, autodenominados Guardiões da Floresta. Eles desenvolvem ações de defesa do território contra invasores, sobretudo aqueles que realizam atividades ilícitas de extração de madeira na floresta. Em suas atuações no TI, os agentes invasores constroem estruturas acessórias, como acampamentos e ramais madeireiros.

Dados da ONG Mongabay (Mendes, 2023) revelaram que entre setembro de 2018 e outubro de 2019 foram abertos 1.248 ramais, que são estradas de terra abertas na floresta, corredores por onde os madeireiros entram e saem do território para realizar a extração e o escoamento da madeira. São ações do capital que interferem nas dinâmicas e no modo de vida dos indígenas. Assim, ao adentrar o território os madeireiros confrontam os tentehar e suas ações de proteção.

Faz parte das ações realizadas pelos guardiões a elaboração de denúncias dos crimes cometidos por invasores, no território. As denúncias são construídas a partir da identificação de práticas ilícitas dentro do TI, entre elas os acampamentos ilegais, instrumentos utilizados na extração madeireira, caminhões etc. Os Guardiões da Floresta organizam expedições em que partem em grupos, em suas motocicletas floresta adentro e, ao encontrarem as estruturas construídas para ação dos madeireiros, realizam apreensão de caminhões, motosserras, madeira serrada, armamentos etc. Quando possível eles destroem acampamentos não autorizados de extração de madeira, conforme observamos em suas ações pelo território Araribóia, ao percorrer, em patrulha, fiscalizando.

Os cenários de devastação da floresta e as ações dos guardiões são divulgadas em canais digitais e em redes sociais em vídeos, fotos e relatos orais produzidos pelos indígenas e por organizações que os apoiam, colaborando com suas ações e organização, como a rede de comunicação Mongabay, a ONG Survival, o Cimi, as redes indígenas Mídia Indígena, Mídia Guajajara etc. As paisagens mostram um território em processo que Almeida, Shiraishi Neto e Martins (2005), entre outros, definem como processo de devastação.

Os achados são filmados, fotografados e, com o material produzido, constroem-se depoimentos que, posteriormente, são enviados às organizações indígenas e indigenistas ou até mesmo encaminhados a autoridades públicas: políticas, policiais etc. Os guardiões

mostram, nos vídeos, cartas, relatos, depoimentos, fotografias etc. ao descrever ações de monitoramento e flagrantes das ações dos invasores, o cenário de devastação (Almeida, Shiraishi Neto, Martins, 2005) e de avanço dos crimes ambientais no território.

Os dados que seguem apresentam o contexto de atuação dos tentehar Guardiões da Floresta. São também depoimentos, aqui analisados como ações de fazer denúncias (Rolemberg, 2021; Souza, 2021), realizados pelos guardiões sobre destruição das florestas, o avanço da atividade madeireira sobre o território Araribóia e outras violências que afetam os tentehar, no Maranhão. Expõem a defesa da floresta e do território e revelam a menção aos elementos que numa concepção moderna são associados ao conceito de natureza, se entendida enquanto exterioridade ao humano (Latour, 2019). A fala a seguir, do guardião Laercio Guajajara, é sugestiva, pois remete à relação do povo Tentehar com a floresta e aos conflitos com invasores.

A nossa terra tem vida. Muita vida. Uma simples formiga que anda aqui nessa terra, uma cobra, um lagarto, aquilo é nossa vida. É o equilíbrio da nossa floresta. [...] Quando o indígena expulsa um madeireiro ou um caçador ou invasor [...] eles denunciam na cidade e a justiça acata o pedido deles e manda ordem de prisão para os indígenas que fizeram isso. Nós estamos defendendo o que é nosso, dentro da nossa casa e estamos sendo vistos como bandidos, criminosos, assaltantes. E nós estamos defendendo [...] nossas vidas, nossos filhos, porque nós já estamos cansados de esperar a justiça. A opção é se defender. Nós não vamos mais fugir disso (Eu só..., 2021).

No caso em tela, sugere-se que os agentes mencionados por Laercio, como a formiga, a cobra e o lagarto, talvez sejam mobilizados como instrumentos políticos, ao narrar o modo de vida indígena em defesa da floresta e do território. Assim, Laercio chama atenção para a necessidade de proteção da floresta, tanto pela defesa dela quanto pela defesa e proteção da identidade indígena, entendida em relação com a vida dos outros sujeitos que habitam a floresta. É sugestiva a ideia de que os elementos e relações classificadas, numa concepção moderna, no domínio da natureza, sejam acionadas no contexto de luta política em defesa do território. A natureza, como referida por Laercio, parece entendida não como exterioridade, mas como parte de seu mundo, também de sua própria vida (Descola, 2023).

O depoimento do guardião chama atenção, ainda, para a luta dos tentehar na defesa do território contra os ditos invasores, mencionados como madeireiro ou caçador. É relevante a referência à defesa da “nossa casa”, pois ela parece evocar uma concepção do território e da floresta ao mesmo tempo em que o refere como espaço comum, o que parece transparecer pelo uso da expressão nossa. Assim a “nossa casa” pode ser analisada como um espaço comum, talvez um *mundo comum* (Latour, 2019), de coabitação não apenas da humanidade,

indígena e não indígena, como dos *outros humanos* (Danowski, Viveiros de Castro, 2017) ou dos seres terra (De La Cadena, 2019).

No contexto das violências e invasões do território Araribóia, enfrentadas pelos tentehar, estes fizeram a leitura de que eles mesmos poderiam fazer a gestão e proteção do território e da floresta, o que parece sugerido na expressão *cansados de esperar a justiça*. São, ao mesmo tempo, coabitantes, gestores e protetores do território e dos “outros humanos”: formiga, cobra, lagarto, com os quais compartilham a indissociabilidade da vida (Ingold, 2015). Verifica-se que a necessidade de gestão e defesa do território, como realizadas pelos próprios tentehar, foi percebida, conforme explicita o depoimento de Laercio e o de Olímpio, como de outros guardiões, em outros lugares, pela ausência e omissão dos agentes públicos, em defesa e proteção efetivas contra invasores e ameaças, agentes do capital.

Desse modo, o movimento dos Guardiões da Floresta, por meio de seus líderes, reivindica, além do território, a proteção e garantia dele para usufruto e vida dos indígenas e de seus filhos, mas também a proteção da floresta e dos demais seres que a habitam. A defesa territorial é realizada frente às ações de empreendimentos ditos modernos, econômicos, das frentes de expansão do capital (Cunha, 2015; Ferreira, 2008; Velho, 2009), como os madeireiros e fazendeiros que ameaçam o território (ISA, 2023; Cimi [2021]), conforme sugere também o depoimento de Olímpio: “nossos inimigos são os madeireiros que estão invadindo a nossa terra, roubando as nossas riquezas [...]. Formamos os guardiões justamente para proteger a floresta porque o Estado brasileiro não faz o papel dele” (Olímpio..., 2019).

Nesse sentido, as ações dos Guardiões da Floresta se efetivam também num contexto de violências físicas empreendidas contra os tentehar, no Maranhão, que também é contexto da continuidade da violência colonial empreendida contra os povos indígenas. Os dados do *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2019*, do Cimi, revelam que, entre os anos 2000 e 2019, foram assassinados, no mínimo, 47 indígenas do povo Tentehar, no Maranhão (Cimi, [2020]). Somente na TI Araribóia, foram 18 assassinatos no período considerado. Conforme acompanhamos em pesquisa de campo realizada entre novembro de 2019 e abril de 2020, foram cinco assassinatos de indígenas tentehar no Maranhão, nesse período, entre eles o de Paulo Paulino Guajajara, caso de repercussão nacional e internacional (Silva, 2021).

Em 2020, o Cimi registrou três casos de assassinatos de indígenas no estado, sendo um deles no TI Araribóia, o caso de Zezico Guajajara, liderança do povo, professor e diretor do Centro de Educação Escolar Indígena Azuru, na aldeia Zutiwa. Era um dos coordenadores da

Comissão de Caciques e Lideranças do TI Araribóia (CCocalitia), atuando também contra invasões e extração ilícita de madeira no território indígena (Cimi, 2021). Em 2022 houve cinco assassinatos de indígenas no Maranhão, três foram de pessoas tentehar do TI Araribóia e ocorreram no período de uma semana, entre eles Janildo Oliveira Guajajara, integrante do grupo Guardiões da Floresta, morto por arma de fogo. Em anos anteriores a 2022, o grupo de guardiões do TI Araribóia teve cinco integrantes assassinados. Somente em janeiro de 2023, foram cinco ataques, nos quais ocorreram três mortes, sendo de dois indígenas e um não indígena casado com uma tentehar e motorista do Polo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no município de Arame, no Maranhão. Segundo os dados, quatro das cinco vítimas habitavam no TI Araribóia (Oliveira, 2023).

No que refere às invasões no TI Araribóia, além das violências já mencionadas, o desmatamento para extração de madeira é outro aspecto que aciona os indígenas em movimentos. As lideranças tentehar relatam/denunciam constantes ações de invasões de madeireiros, com abertura de ramais ilegais dentro do TI. Os relatos foram confirmados pelo monitoramento do Sirad-I, do Instituto Socioambiental (ISA), que, ao longo do ano de 2022 identificou por imagens de satélite 195 hectares de desmatamento no TI Araribóia. Dados do relatório do ISA (2023, p. 11) apontam que “essa quantidade de área degradada corresponde a aproximadamente 105 mil árvores adultas derrubadas”. Contudo, esse número foi menor que o acúmulo de desmatamento dos anos anteriores, entre 2020 e 2022 o Sirad-I identificou 948 hectares desmatados na floresta do TI Araribóia (ISA, 2023; Cimi, 2023).

Conforme relatos do Cimi (2022, p. 109), em fevereiro de 2021, a Polícia Federal (PF) teria cumprido mandados de busca e apreensão contra madeireiros na região do TI Araribóia, pois descobriu a atuação criminosa de invasores que derrubaram milhares de árvores da área preservada, destinando-as para madeireiras e movelarias. Abaixo segue trecho do relato do Cimi sobre a referida ação da PF de combate a invasão, desmatamento e extração ilegal de madeira no referido território:

Uma ação foi realizada em Buriticupu e outra em Amarante, com o objetivo de fechar serrarias clandestinas que funcionam nas regiões sem licença dos órgãos ambientais. Segundo a PF, a atividade ilícita estimula a invasão no território indígena e intensifica o desmatamento e a prática de outros crimes ambientais correlatos, expondo a risco a sobrevivência das comunidades indígenas, principalmente dos grupos isolados, os Awá-Guajá (Cimi, 2022, p. 109).

Há ainda relatos de lideranças sobre invasão de fazendeiros que produzem soja no TI, como de caçadores de animais existentes no território. Esses invasores, além das ameaças

feitas aos guardiões do território, causam danos ambientais e sociais ao território e aos povos Tentehar e Awá-Guajá. Há dados de que em 2020, indígenas do grupo Guardiões da Floresta identificaram uma fazenda de gado dentro do território e denunciaram que mais de 140 hectares já foram desmatados na fazenda, que fica ao lado da Aldeia Lago Branco (Cimi, [2021]).

Conforme indicado na discussão acima, um aspecto analisado nas atuações dos movimentos indígenas tentehar Guardiões da Floresta se refere à possibilidade de abordar outra concepção de natureza baseada numa perspectiva indígena tentehar de compreensão das relações entre os existentes humanos e não humanos do território, tema sobre o qual trataremos nas próximas sessões.

SERES TERRA, NATUREZAS E ESCUTA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA TENTEHAR

Sonia Guajajara, mulher indígena do povo tentehar, do Maranhão, é autodenominada e proclamada por lideranças e organizações indígenas e indigenistas nacionais e internacionais como *guerreira da floresta, mulher bioma e guerreira do clima*. Com atuação militante em torno das questões climáticas e reconhecida por suas atuações em diversas ocasiões, como na ação denominada Cúpula do Clima e no evento denominado *Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota mais etc.* Sonia Guajajara ilustra os movimentos e atuações indígenas em defesa da proteção das florestas e das vidas de pessoas em situação de ameaças e violências cometidas, também, no TI Araribóia.

Nos dizeres das mulheres indígenas, Sonia é [referida como] *mulher terra*. Essa expressão parece denotar o forte vínculo dos indígenas em movimentos com o que as lideranças e os próprios movimentos indígenas, em geral, denominam como *Mãe Natureza ou Mãe Terra*. Em seus depoimentos, Laercio e Sonia Guajajara, protagonistas dos movimentos tentehar e que ajudam a movimentar nossas reflexões, mencionam as figuras da Terra e da Mãe como partícipes das relações sociais e políticas nas quais estão imersos.

Em entrevista concedida no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 20 de março de 2023, à época, também já ocupando o cargo e espaço de Ministra do Povos Indígenas do Brasil, Sonia referiu-se ao problema das questões climáticas afirmando que:

[...] hoje nós estamos vivendo uma crise climática absurda causada, inclusive pela produção em larga escala [...]. [Os produtores] precisam também se adaptar para que

a gente não siga promovendo a crise climática que o mundo todo hoje sente (Roda Viva, 2023).

Nós indígenas, por exemplo, a gente preserva a biodiversidade, protege o nosso território, protege o meio ambiente, nós somos os primeiros mais impactados pelas mudanças climáticas. Nós somos os mais impactados de todas as formas: pela violência, pelo racismo ambiental. Porque a gente está no território [...] porque ali é o nosso lugar. [...] A gente sabe que o que provoca os ditos desastres, na verdade, são todos fenômenos provocados pela ação humana. Por esses grandes empreendimentos, por essas grandes obras sem ter um estudo ambiental adequado (Roda Viva, 2023).

Ao tratar sobre a implementação de projetos econômicos não indígenas (como hidrelétricas, mineradoras, madeireiras, especulação de terra etc.), Sonia explicita a necessidade de participação dos povos indígenas nas tomadas de decisões relacionadas a tais projetos que envolvem a questão ambiental. Nas palavras da indígena, trata-se de envolver as *pessoas que serão afetadas*. A ideia de que os indígenas precisam ser escutados sustenta também a *tese do aldeamento da política*. Desse modo, as agendas que têm como objetivo “retomar o Brasil e aldear a política”, por exemplo, parecem constituir agendas de retomada da política indígena para inseri-la nos espaços da política dos ditos modernos, não indígenas.

Aldear a política ambiental implica também em trazer a este âmbito os modos indígenas de conceber e planejar a gestão ambiental e a gestão das relações com/na natureza, como fazem os tentehar. A escuta é um dos aspectos ou meios de participação dos povos indígenas nos espaços da luta política por direitos. A mencionada entrevista de Sonia ao Programa Roda Viva e a divulgação de ações nas mídias indígenas parecem fazer parte de um conjunto de estratégias das lideranças e povos indígenas em ocupar espaços de fala e de luta, espaços de fazer política.

As falas de Sonia e de Laercio Guajajara explicitam os referidos processos, evidenciam a concepção de natureza do povo e refletem outras concepções que a veem como recurso ou como fonte de recursos a serem explorados. Quando afirmamos que existem seres que habitam a natureza, na concepção indígena, esses seres são também o que é considerado como recursos na concepção desenvolvimentista de natureza: florestas, árvores, rios etc. Laercio Guajajara refere à vida desses seres, à floresta, à essa riqueza como sagrada. Portanto, afirmando a cosmovisão tentehar sobre a floresta e o seu “jeito de vida”.

Stengers (2013) avança para a ideia de naturezas, no plural. Assim, “as naturezas” pode incluir as múltiplas concepções de natureza de todos os povos, incluindo os indígenas e os tentehar do Maranhão. Shiraishi Neto (2023) também reflete a noção de naturezas. Esse autor, ao apresentar e discutir/promover formas de usos do direito “desde a baixo”, o que denominou positivismo de combate, afirma que “os direitos ambientais não podem limitar-se à proteção

da natureza, devem abranger a proteção das naturezas, diante dos inúmeros povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais objetivados em movimentos (Shiraishi Neto, 2023, p. 15).

Conforme o autor, a proteção da natureza deveria estar vinculada à tutela sobre os processos de transformação, as formações e os fluxos das vidas. Trata-se das naturezas diversas verificadas nas práticas das pessoas dos diferentes grupos que o autor concebe como povos e comunidades tradicionais, cujos conhecimentos e saberes inspiram tal proposição de tutela. Nas palavras de Shiraishi Neto (2023, p. 30), trata-se de uma “tentativa de conceber saídas para a crise ambiental e o enfrentamento dos problemas ambientais e das emergências climáticas criadas pelo capital, dada a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento”.

Quando esses autores mencionam a ideia de outras naturezas, remetem a outras concepções de mundo para além da concepção econômica capitalista. Nesses mundos há seres natureza, “seres terra, biomas, sementes”, que “correm o risco de não serem ouvidos [na cosmopolítica] porque se recusam a aceitar que o sentido daquilo a que estão vinculados será determinado pelo processo político” (Stengers, 2023, p. 204). Por isso, Stengers (2023, p. 204) entende que “a cosmopolítica exige conceber a cena política de tal forma que o pensamento coletivo proceda ‘na presença’” desses existentes. Ela reflete que, se nos processos cosmopolíticos “[...] nem todas as partes interessadas podem, querem ou são capazes de serem ouvidas”, atuar com essa ideia, “significa pensar com os recursos imaginativos, científicos e políticos que ela pode ser capaz de ativar, de modo a talvez nos tornarmos capazes de pensar com outros povos e [com outras] naturezas” (Stengers, 2023, p. 208).

Shiraishi Neto (2023, p. 20), em carta aberta, sugere ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal leve em consideração “outros saberes, outros conhecimentos, tidos como ‘menores’ pelos juristas”, como também os conhecimentos produzidos nas lutas dos movimentos sociais. Esse ponto de vista implica reconhecer os saberes das outras naturezas e que há saberes que são produzidos nas lutas dos movimentos indígenas. Isso significa que nos movimentos sociais seus agentes reconstruem a natureza em contato e conflito com as noções que lhes são apresentadas por seus interlocutores: governos, organizações, legislação.

A narrativa de Sonia e de outros depoimentos de pessoas tentehar, como temos descrito, permite situar as discussões indígenas numa temática ambiental, e a apresentação de um pensamento indígena tentehar, mas não exclusivo deles, de conexão com as florestas.

Conforme as narrativas das lideranças dos movimentos tentehar, a floresta é expressão de integralidade (Descola, 2023; Ingold, 2015), de conexão entre todos os existentes, inclusive os seres considerados humanos, que não se dissociam dela. Nos dizeres de Sonia, “nós povos indígenas, o meio ambiente, nós somos um só” (Quem é..., 2022). Trata-se de entender a floresta, como expressão de naturezas complexas e como processos relacionais.

Para os tentehar, a totalidade que é a natureza não possui dualismos ou oposições, nela ocorrem todas as relações. Portanto, *as expressões mulher bioma e mulher terra*, carregam a noção de que não há separação entre as pessoas indígenas e o ambiente, expressa na afirmação “nós somos um só”. Entendido assim, o pensamento presente nas palavras de Sonia Guajajara contesta o lugar singular assinalado aos humanos no mundo, de acordo com a concepção dita moderna, a exemplo de outras correntes de pensamento que também realizaram a mesma contestação (Descola 2023, p. 216).

Sobre esse tema, e a partir de uma perspectiva do direito, Shiraishi Neto (2023, p. 84), expõe que: “[...] as teorias esclarecem que estamos vivendo em um período que nos obriga a substituir as ‘ontologias dualistas’, que colocam em lados opostos sujeitos e objetos, pelas ‘ontologias relacionais’, vinculadas à dimensão comunicativa e relacional”. A referida dimensão comunicativa e relacional implica as relações com os outros. Nessa direção, Descola (2023) constata que há cosmologias e ontologias não modernas em que, diferente do naturalismo, o estatuto de pessoa pertence também a outros seres além dos humanos, como plantas e animais. É o caso dos achuar, conforme analisa o autor.

Diante do exposto, podemos afirmar que a questão da natureza se colocou aos indígenas tentehar como a diversos povos indígenas no Brasil. E isso implica os modos como esses povos veem e se relacionam na e com a floresta. Têm que lidar com ela atravessada pela noção e práticas modernas que a veem como fornecedora de recursos a alimentar os interesses e demandas dos agentes do capital. Nessa discussão, cabe refletirmos que os tentehar possuem uma noção de natureza, distinta de como é concebida no sentido moderno. Parece haver um sentido próprio, possivelmente explicável a partir de suas cosmologia e ontologia.

Todavia, como temos sugerido, em contato com outros modos de relacionamento e concepções de natureza, e em relação com seu próprio pensamento e modos de relacionamento, os tentehar reconstróem seu entendimento sobre essa categoria. Assim, parece haver uma reconstrução da noção de natureza em conflito com elementos da concepção naturalista e elementos da concepção indígena tentehar. Nossa análise é que,

contemporaneamente, a utilizam e reconstróem em contexto de contato com a noção e práticas modernas.

QUESTÕES AMBIENTAIS E NOÇÕES DE NATUREZA EM CONTEXTO DE LUTAS TENTEHAR

Reflete-se sobre a noção de natureza que os tentehar nos apresentam, considerando que há uma perspectiva tentehar de entendimento dessa categoria. Contudo, é na perspectiva das naturezas heterogêneas, sugerida por Descola (2023, p. 29), que procuramos discutir naturezas a partir dos movimentos tentehar. Essa é a contribuição que trazemos desse autor e não a proposta do pensamento ameríndio. Conforme Shiraishi Neto (2023, p. 102),

para [o] modelo de exploração [baseado no valor econômico/capital], há uma única natureza, que ignora os “modelos locais de natureza” baseados nos lugares, nas distintas cosmologias e nos jeitos de habitar os territórios tradicionais. No contexto das várias naturezas, produzidas desde os lugares, é possível identificar diferentes práticas ecológicas (saber fazer) [...].

Os dados, até então levantados, têm levado à sugestão de que natureza, em nosso campo empírico de pesquisa, parece referir-se a categorias em movimentos e pode significar coisas diversas, desde os corpos, passando pelos territórios e seus existentes, a realidades espirituais. É relevante frisar que corpos e territórios, ou corpos e naturezas, conforme explicita a liderança indígena tentehar Sonia Guajajara, para os indígenas são uma coisa só. Assim, podemos encontrar noções de natureza nas falas e projetos indígenas, nos projetos e políticas públicas ambientais do Estado brasileiro, em discursos de lideranças ativistas dos movimentos ambientalistas e de defesa das florestas e do clima, de ONG, entre outras.

Conforme declaração de Sonia Guajajara, os povos indígenas sempre tiveram:

uma relação direta com o meio ambiente, com a natureza. Porque para nós não temos essa divisão de separar o que é uma coisa e o que é outra, nós somos um só. Nós entendemos a natureza sempre como a nossa mãe e, sendo a nossa mãe a gente cuida, protege. E protege com o modo de vida. [...] Preservando dessa forma [...], a gente está contribuindo [...] com toda a humanidade, com todo o planeta Terra. Porque se a gente não cuida, se não tem a floresta em pé, se não tem o verde da natureza, da mata nativa, como que a gente vai ter o ar, o oxigênio, a chuva? Essa relação dos povos indígenas com o meio ambiente é uma relação mesmo de mãe (Arariboia..., 2018).

O trecho acima exemplifica o ativismo ambiental de Sonia e sugere o acionamento da natureza como instrumento de luta política, ao referir a ela como mãe, – também ao referir ao cuidado com a *floresta*, com o verde, com a *mata*, como componentes da totalidade, a

natureza (Descola, 2016). Supõe-se que a natureza, como mãe, portanto, como pessoa, é entendida, na concepção indígena tentehar apresentada nos depoimentos de nossos interlocutores, como agente, sujeito político com participação na luta política e na contribuição com a humanidade.

Outro aspecto presente na fala de Sonia é a contraposição à concepção de natureza como exterioridade que fundamenta a exploração dela, na lógica econômica capitalista moderna (Latour, 2019). Tal postura é evidenciada ao expressar que não há separação entre o que é natureza e o que é humano, ao afirmar nós *somos um só*. Trata-se de compreender a construção da luta a partir da perspectiva dos indígenas como guardiões da natureza, a qual, segundo eles, é um bem comum (Floriani, Shiraishi Neto, 2022) aos indígenas e não indígenas. Os próprios indígenas, lideranças, povos, movimentos e, especificamente, os tentehar Guardiões da Floresta explicitam a consciência de que são guardiões, afirmando tal postura como instrumento na construção de suas lutas.

Desse modo, os dados empíricos sugerem que as questões ambientais constituem elementos estratégicos na luta do povo Tentehar, das lideranças e dos Guardiões da Floresta, na medida em que estes atuam como guardiões da natureza, através de suas *práticas tradicionais de gestão ambiental e territorial*. Assim, podem lançar mão dessa condição ou trazê-la à arena do debate político contemporâneo nas relações interétnicas, com as organizações indigenistas e indígenas, e com as instituições do Estado, como caminho para a afirmação e defesa de suas agendas prioritárias, especialmente a defesa do território, mas também das identidades indígenas.

No que se refere à construção política da defesa ambiental realizada pelos indígenas tentehar, através da ação dos Guardiões da Floresta, cabe mencionar as ações de formação política realizadas pelo grupo, no TI Araribóia, diante das invasões de madeireiros em seu território. Assim, a assessora jurídica do Cimi, Lucimar Carvalho, enfatiza a relevância de ações de formação política no território, nos seguintes termos: “a formação política tornou-se necessária, pois três caminhões de madeireiros foram encontrados, no dia 27 de maio [de 2022], em ação de extração ilegal de madeira dentro do território”. Diante do contexto de invasões no TI Araribóia, a indigenista afirma ainda que: “a possibilidade de represália por parte de não indígenas pela atuação dos guardiões [da floresta] é constante, deixando-os apreensivos e exigindo, dessa forma, apoio das instituições que atuam na defesa dos seus direitos” (Carvalho; Carvalho, 2022, on-line).

Verifica-se que as ações dos movimentos, as alianças e articulações do povo Tentehar e seus posicionamentos, especialmente – mas não apenas – no TI Araribóia, fazem frente aos diferentes projetos políticos, econômicos e sociais que, para eles, representam a destruição dos seus direitos, de seus territórios e das florestas. A agência, o protagonismo e a luta pela autonomia indígenas à frente dos movimentos, que são feitos a partir das realidades dos tentehar e em articulação com diversos povos do estado, definem os rumos, isto é, as ações e/ou agendas da luta indígena contra invasões, ameaças, violências e destruições, em seus territórios.

Nesse aspecto, Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 129) afirmam que “o clima, a coisa variável e incontestável por excelência, torna-se o elemento de sincronização histórico-política do interesse de todos os povos do mundo”. Portanto, são tópicos da agenda dos movimentos ambientais que se alinham às práticas e agendas dos movimentos indígenas no Maranhão – mas também no Brasil e na América Latina –, especialmente os movimentos tentehar, no TI Araribóia, com os Guardiões da Floresta, contexto em que a agenda de proteção das florestas, ameaçadas por diversos projetos econômicos não indígenas, encontra respaldo.

No caso dos tentehar Guardiões da Floresta, sua luta é também pela defesa e proteção dos Awá, grupo de indígenas denominados isolados, no TI Araribóia. Conforme explicita a nota dos guardiões sobre ação de monitoramento realizada no limite norte do território, locus de entrada de madeireiros invasores: “o agravante maior que se constatou é que por ser em área de rota dos Awá, esses grupos se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e risco de serem dizimados pelos criminosos que transitam livremente pelo território” (Carvalho, 2022, on-line).

Desse modo, observa-se, ainda preliminarmente, que os indígenas tentehar e os Guardiões da Floresta se valem da abordagem, a qual afirmam, de que eles são protetores da natureza – o termo mobilizado por eles é guardiões, o que fundamenta inclusive a denominação do grupo de agentes florestais. Desse modo, suas construções políticas sobre a questão parecem buscar aliar a condição de guardiões, com suas práticas tradicionais de gestão territorial e florestal, à emergência da questão ambiental, em âmbito global e de modo a afirmar e defender a importância dos territórios indígenas, não apenas o território Araribóia, para a proteção da natureza: florestas, rios e a biodiversidade do planeta como um todo. Nessa direção, os tentehar, os demais povos indígenas e os movimentos indígenas maranhenses, como os guardiões do TI Araribóia, parecem afirmar-se como guardiões da natureza.

Assim, através do grupo Guardiões da Floresta, os tentehar de Araribóia têm relações com uma rede de parceiros, aliados e apoiadores, como ONG, a exemplo da *Survival International*, Fundo Brasil e Fundo Casa (Carvalho, 2022). Nesse aspecto, os guardiões constituem uma organização que está entre o local e o global, como organização de proteção territorial indígena. Indígena porque protege o território e porque é realizada pelos próprios agentes indígenas. Têm renome e reconhecimento internacional, por ONG e agências de ativismo ambiental e de proteção dos indígenas e dos territórios, especialmente os Awá, grupo de indígenas ditos isolados, que habitam o território Araribóia.

Analisa-se que consiste tática ou estratégia dos tentehar de Araribóia aliar as práticas, atuação e ações de gestão e proteção do território, autoafirmando-se como protetores das florestas, às questões climáticas e de manutenção das florestas como essenciais ao futuro do planeta e da humanidade. E como estratégia na garantia ou possibilidade de atrair visibilidade e apoio às lutas do povo, de defesa do território e dos indígenas referidos como isolados, os Awá.

O guardião Olímpio Guajajara, em assembleia dos guardiões, em 15 de agosto de 2021, no TI Araribóia, Aldeia Juçaral, afirmou que: “Todo tentehar que defende a floresta é guardião da floresta, mas nem todo tentehar é guardião da floresta. O tentehar que permite a entrada de madeireiro não é guardião da floresta”. Essa fala revela um aspecto conflitivo interno ao povo, que é a prática de algumas lideranças de permitir a entrada de madeireiros em algumas regiões do território. A referida prática expõe o que poderíamos chamar de outra face das ações dos tentehar, aquela contestada pela maioria dos guardiões, que se autoafirmam protetores da floresta.

Analisa-se o contexto de contraposição indígena às lógicas econômicas não indígenas como um contexto de resistência às violências cometidas contra o povo, as subjetividades, as práticas próprias de gestão territorial e ambiental, as florestas, suas organizações, histórias, cultura, memória e ancestralidade. Assim, observa-se que a constituição e atuação dos Guardiões da Floresta, no TI Araribóia, a gestão e proteção territorial, os conflitos com madeireiros, a luta política, a construção de organizações e de ações em organização política são também partes do processo conflitivo no TI.

Trata-se de conflitos entre projetos distintos, em disputa pelos recursos territoriais, como os conflitos entre as formas indígenas de relacionamento com o território e de definição dele e os projetos econômicos de madeireiros ou fazendeiros. Assim, Laercio Guajajara destaca:

Nossa terra está sendo invadida, destruída pelos madeireiros, caçadores e fazendeiros. A gente pensou como iríamos fazer para pelo menos diminuir esse impacto muito grande que está acontecendo dentro da nossa terra. Foi quando os caciques decidiram criar a organização dos guardiões porque já estávamos cansados de tanto esperar pelo governo brasileiro, pelo Estado que não cumpre o papel deles de proteger, fiscalizar a terra, defender a proteção do meio ambiente. Foi criado os guardiões para tentar resolver ou ao menos amenizar, diminuir mais a invasão dos madeireiros (Eu só..., 2021).

Como sugerem os relatos, os Guardiões da Floresta do TI Araribóia podem ser analisados enquanto grupo cuja organização e agência visam barrar a ação de desmatamento e outras formas de invasões ou *destruição* no território. Por ser uma atividade arriscada, conflitiva na linha de frente das violências cometidas contra o povo, o território e o modo de vida, coloca em risco a própria vida dos agentes florestais, como exemplifica o caso apresentado no tópico seguinte.

CASO PAULO PAULINO GUAJAJARA E ATUAÇÃO AMBIENTAL TENTEHAR

O guardião Paulo Paulino Guajajara foi assassinado em 1º de novembro de 2019 na parte norte do TI Araribóia, em região próxima ao município de Bom Jesus das Selvas, na Amazônia maranhense, enquanto voltava de uma caçada com outro guardião de nome Laercio Guajajara. Segundo relatos dos guardiões, o assassinato estaria ligado à atuação de Paulino em defesa do território e teria sido cometido por pistoleiros ligados a madeireiros. O assassinato do guardião tentehar teve repercussão nacional e internacional, pois, na ocasião diversas lideranças indígenas do Brasil, entre elas os tentehar Sonia e Erisvan Guajajara, estavam percorrendo países europeus, realizando a ação denominada Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota mais, articulando agendas com lideranças governamentais, ativistas ambientais e organizações, denunciando e dando visibilidade às violências cometidas contra as florestas e os povos indígenas no Brasil⁴.

Por se tratar de um indígena tentehar, liderança do grupo de Guardiões da Floresta, o assassinato de Paulo Paulino foi associado a pautas ambientais, como a proteção e a defesa das florestas, e a agendas referentes aos direitos humanos e indígenas, como o direito à vida e à existência. O trecho a seguir foi extraído do discurso do comunicador indígena Erisvan

⁴ Trata-se do contexto do governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, em que se observou, entre outras, uma ofensiva genocida (Cruz, 2022) contra os povos indígenas e o desmantelamento das instituições do governo responsáveis por garantir a efetivação dos direitos deles.

Guajajara, em homenagem a Paulo Paulino Guajajara, realizado no evento denominado Festival Ninja, ocorrido em São Paulo, na ocasião do retorno da delegação da mencionada *Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota mais ao Brasil*, em 30 de novembro de 2019:

Nós, povos indígenas, bravamente travamos uma luta em defesa dos nossos territórios, travamos uma luta em defesa de um bem [...] fundamental, o direito à vida [...]. Nós, povos indígenas, lutamos dias e noites em defesa da Mãe Terra, em defesa de um bem, não só para povos indígenas, mas para garantir a vida do planeta e da humanidade. [...] Paulo Paulino Guajajara era um Guardião da Floresta, um bravo guerreiro que lutava em defesa do Planeta Verde. Paulo Paulino Guajajara morreu não só por nós povos indígenas, morreu por todos aqueles que estão aqui presentes, pois Paulo Paulino Guajajara morreu para defender a vida, e as pessoas precisam entender que vidas humanas estão sendo tiradas em nome de um governo fascista, que não aceita e não respeita os nossos modos de vida. [...] Nós, povos indígenas, lutaremos por nós, pelos nossos ancestrais e pelas futuras gerações.

A fala de Erisvan, no contexto da morte de Paulino, aciona diversos elementos presentes nas narrativas de defesa das florestas e dos territórios indígenas. Pode-se identificar a referência ao direito ao território como direito à vida, associada à noção de bem comum ((Floriani; Shiraishi Neto, 2022) e à defesa da vida da humanidade no planeta, noção relacionada à ideia de defesa da denominada *Mãe Terra*. Ao afirmar “a carne regada a sangue indígena”, a fala de Erisvan sugere a contraposição, pelo menos das lideranças e movimento político representado pelas organizações indígenas e lideranças, à lógica do capital, do agronegócio que invade e devasta (Almeida, Shiraishi Neto, Martins, 2005) os territórios indígenas.

As controvérsias sobre o acesso e a presença de não indígenas em terras indígenas e sobre a permissão do acesso de empreendimentos econômicos como construção de hidrelétricas, extração de madeira, extração mineral etc. não são recentes (Cunha; Almeida, 2001). Assim, observa-se que as violências e conflitos envolvendo os tentehar e o TI Araribóia são partes de processos mais amplos de conflitos e violências no campo maranhense, que mantêm relação com os processos de *ocupação*, expansão capitalista (Cunha, 2015; Ferreira, 2008; Velho, 2009) e confrontação/resistência de populações camponesas (Santos; Paula Andrade, 2019), de povos indígenas, quilombolas ou extrativistas. Trata-se de processos dos quais são partes as situações de assassinatos de indígenas e outros sujeitos, que caracterizam os conflitos nas comunidades do campo maranhense.

O caso de Paulo Paulino é exemplar, do ponto de vista etnográfico, porque permite explorar analiticamente diversos aspectos das lutas tentehar. Desde os riscos/perigos das ações de fiscalização/monitoramento do território às lutas travadas pelo coletivo de guardiões e as violências diversas a que são submetidos. À atuação de lideranças nas agendas mais amplas –

para além do TI Araribóia – e específicas de defesa e proteção dos territórios – a articulação em rede dos movimentos indígenas –, nas agendas ambientais e nas questões relacionadas à dimensão espiritual, as lutas dos ancestrais na atualidade e continuidade das ações dos povos e movimentos indígenas.

Sobre esse aspecto, outro trecho do referido discurso de Erisvan Bone Guajajara, realizado no evento Festival Ninja, em São Paulo, em 30 de novembro de 2019, é emblemático, ao afirmar: “Estamos aqui para gritar ao mundo que não iremos recuar, iremos lutar dia e noite, iremos rodar o [...] mundo e gritar, para que todos escutem que Paulo Paulino Guajajara vive [...]”⁵. É sugestiva também, da ideia de continuidade da luta (Rolemberg, 2021; Souza, 2021) após o assassinato de Paulino, a afirmação de Mainui Guajajara, guardião da TI Araribóia:

Isso não vai nos enfraquecer. Lobo [Paulino] apenas plantou mais fruto, mais semente. É isso que nós somos. Nós somos fruto daqueles guerreiros que deram a vida. Fruto dos anciões guerreiros que já se foram, não estão aqui em pessoa, mas espiritualmente eles estão nos dando essa força de vontade de levar nossa luta adiante (Tributo..., 2020).

A espiritualidade e ancestralidade ocupam lugares de destaque nas lutas tentehar, os ancestrais não são esquecidos, pois foi quem primeiro lutaram, quem primeiro sonharam com a terra livre, assim como Paulo Paulino sonhou. Por meio da espiritualidade que os povos constroem as resistências contra as violências que atingem suas comunidades e territórios. Práticas espirituais e vínculos ancestrais atravessam a relação dos tentehar com seus territórios – tidos por eles como territórios sagrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão basilar dessa incursão foi refletir sobre atuações de movimentos indígenas tentehar do TI Araribóia, a partir do Maranhão, região Nordeste do Brasil. Eles constroem agendas e ações de luta em defesa do território e da floresta. Tais ações e agendas são marcadas pelas relações com o contexto contemporâneo de crise e emergência climática no planeta. A partir de uma perspectiva tentehar eles sugerem um modo indígena de relacionamento com a floresta. Uma perspectiva política do povo da floresta em defesa da floresta.

⁵ Trecho do discurso de Erisvan Bone Guajajara, proferido durante o Festival Ninja, São Paulo, 30 nov. 2019.

Analisa-se que as disputas e conflitos expõem ações violentas contra os indígenas e o contexto dos conflitos territoriais como instrumentos de luta indígena, realização de denúncias, construção de ações e estratégias de enfrentamento aos invasores e às ações destes, a exemplo da criação do grupo de agentes florestais Guardiões da Floresta. Ao construir suas lutas voltando-se para a exposição de sua política da natureza como estratégia na defesa do território, os tentehar contrapõem a lógica de degradação dos recursos florestais pelo regime do capital e das mudanças climáticas no planeta afirmando um modo indígena tentehar de relacionamento com o ambiente físico.

Trazer a sua política própria de relacionamento com a natureza ao mesmo tempo em que a politizam nas relações com as políticas oficiais do Estado brasileiro, dito de outro modo, nas relações com a alteridade, constitui estratégia importante na luta, ao afirmar os indígenas como protetores dela, como guardiões, o que significa que eles realizam uma demanda global contemporânea de proteção ambiental. Sugere-se que a análise do caso específico dos tentehar, da Amazônia maranhense, permite investigar as especificidades das ações políticas do povo, num contexto múltiplo de heterogeneidades de modos de relacionamento dos povos indígenas com o que os modernos conceituaram como natureza.

Conforme Leff, (2022, p. 30), os “povos da terra” são quem tem “capacidade para reconstituir as fraturadas e dizimadas relações com a natureza”, graças aos seus hábitos, práticas e modos ancestrais de vida. A atuação desses agentes e dos indígenas tentehar, de modo mais amplo, constitui ação reconhecida internacionalmente pela preservação do ecossistema florestal que realizam numa parte da Amazônia, no Maranhão. Essa ação constitui, como explicitam os próprios interlocutores indígenas em depoimentos, ação que colabora com o equilíbrio climático no planeta. Portanto, trata-se também de uma discussão sobre a questão climática em seu aspecto socioambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

ALMEIDA, Emerson Rubens Mesquita. **A política vai à festa**. Sagacidade e estratégia tentehar nas relações interétnicas. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Instituição, Brasília, 2019.

ARARIBOIA 45 Graus. [S. l.: s. n.], 05 dez. 2018. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal TV Mídia Indígena. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w70JO0MnfxE>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CARVALHO, Jesica. Guardiões da floresta da TI Arariboia – Associação Ka’á Iwar. In: Conselho Indigenista Missionário. **Notícias**. [São Luís], 09 dez. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/12/guardioes-da-floresta-da-ti-arariboia-detalham-aco-es-para-a-protecao-do-territorio/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CARVALHO, Jesica; CARVALHO, Lucimar. Guardiões da Floresta realizam formação política na TI Arariboia, no Maranhão. In: Conselho Indigenista Missionário. **Notícias**. [São Luís], 14 jun. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/06/guardioes-da-floresta-realizam-formacao-politica-na-ti-arariboia-no-maranhao/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados 2019. [São Luís]: Cimi, [2020].

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados 2020. [São Luís]: Cimi, [2021].

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados 2021. [São Luís]: Cimi, [2022].

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados 2022. [São Luís]: Cimi, [2023].

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Letalidade branca**: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (coord.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental; Estação Liberdade, 2001. p. 184-193.

CUNHA, Roberto César. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. **Maloca. Revista de Estudos Indígenas**. Campinas, SP, v. 2, p. 1 – 37, 2019.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2ª ed. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2017.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34. 2016.

DESCOLA, Philippe. **Para além de natureza e cultura**. Niterói: Eduff, 2023.

EU SÓ quero que a nossa floresta seja livre. [S. l.: s. n.], 06 jan. 2021. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Survival International Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ndtu9mDBxdc>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ELOY AMADO, L. H. **Vukápanavo**: o despertar do povo Terena para os seus direitos – movimento indígena e confronto político. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FLORIANI, Dimas; SHIRAISHI NETO, Joaquim. Os bens comuns: debates e ameaças no atual contexto nacional e internacional. **Rev. Pós Ciênc. Soc.**, São Luís, v.19, n.3, 435-448, set/dez, 2022.

GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. **Política, mediação e conflitos**: a construção social de lideranças indígenas Pitaguary (CE). 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

ISA – Instituto Socioambiental. Terras Indígenas do Brasil - Terra Indígena Araribóia. **Instituto Socioambiental**, São Paulo: [2024]. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3600>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ISA – Instituto Socioambiental. Boletim Sirad Isolados - Anual 2022. **Instituto Socioambiental**, São Paulo: 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/boletim-sirad-isolados-anual-2022>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. *E-book*.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LEFF, Enrique. A cada quien su vírus: la pregunta por la vida y el porvenir de uma democracia viral. In: **Políticas Socioambientais da Esperança**: coexistências, resistências e mobilizações / Jodival Mauricio da Costa, Joaquim Shiraishi Neto, Dimas Floriani, Rosirene Martins Lima (org.) – Curitiba: CRV, 2022. 308 p.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização**: a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr.2013.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. **Anthropology as cultural critique**: an experimental moment in the Human Sciences. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

MENDES, Karla. Fim da impunidade para assassinatos de indígenas está à vista para os Guajajara do Brasil. *In*: Mongabay. **Artigos**. [Amazonas], 20 nov. 2023. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2023/11/end-of-impunity-for-indigenous-killings-in-sight-for-brazils-guajajara/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MENDES, Karla. Explosão ilegal de gado no território Arariboia no ano mais mortal para os indígenas Guajajara. *In*: Mongabay. **Artigos**. [Amazonas], 19 jun. 2024. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2024/06/revealed-illegal-cattle-boom-in-arariboia-territory-in-deadliest-year-for-indigenous-guajajara/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLÍMPIO Guajajara - Guardiã da Terra Araribóia (MA). [S. l.: s. n.], 14 set. 2019. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal EL PAÍS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kc1WHIw72vM>. Acesso em: 19 mar. 2023.

OLIVEIRA, Marina. Em menos de um mês, quatro indígenas Guajajara são vítimas da escalada de violência nos territórios. *In*: Conselho Indigenista Missionário. **Notícias**. [São Luís], 07 fev. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/02/em-menos-de-um-mes-quatro-guajajara-sao-vitimas-nos-territorio-s/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

QUEM é Sônia Guajajara, indígena cotada para assumir o Ministério dos Povos. [Santos]: TV Fórum, 20 dez. 2022. 1 vídeo (38 min). Publicado pelo canal TV Fórum. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k1kdSZEbg_Y. Acesso em: 22 jun. 2024.

RODA VIVA, 2023 (20 mar.). **Sônia Guajajara** [vídeo]. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bl2M6SREEsw>>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

ROLEMBERG, Igor. Ritual, emoções e engajamento militante: a produção em ato da *mística* na romaria dos mártires da floresta em Nova Ipixuna/PA. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 1-22, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [On-line], n. 78, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/753>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SANTOS, Murilo; PAULA ANDRADE, Maristela de. **Fronteiras**: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Experiências moleculares interpelando o Direito**: anotações sobre uma prática jurídica. São Luís: EDUMA, 2023.

SILVA, Ilma Maria Oliveira. **Lideranças Krikati**: implicações da escola não indígena em suas trajetórias e histórias de vida. 2018. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

SILVA, Leandro Araújo da. **Fronteiras em movimento**: resistências, protagonismos e lideranças indígenas na Amazônia maranhense. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

SOUZA, Jurema Machado. **Os Pataxó Hãhãhã e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia**. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOUZA, Catiúscia Custódio. **O movimento indígena e a luta por emancipação**. Curitiba: Appris, 2018.

SOUZA, Edimilson Rodrigues de. R. A semente plantada brotou, somos todos Irmã Dorothy: migrações, conflitos de terra e mobilizações por direitos coletivos em Anapu (PA). *In*: Souza, Candice Vidal; Guedes, André Dumans (org.). **Antropologia das mobilidades**. Brasília: ABA, 2021. p. 349-378.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TRIBUTO a Paulo Paulino Guajajara. [S. l.: s. n.], 02 abr. 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Survival International Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kSS-rff3e08>. Acesso em: 18 set. 2022.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WAPICHANA, Eriki Aleixo. **Sociogênese da mobilização étnica ocorrida na comunidade Serra do Truarú** (Terra Indígena Serra da Moça, etnorregião Murupú, Bela Vista-RR). *In*: QUINTERO, P.; OLIVEIRA, J. P. (org.). Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 381-417, set./dez. 2020.